



As datas entre colchetes foram arbitradas de acordo com os acontecimentos relatados nos discursos

Nº: 12

Título: IPEG – 4ª fita. Reunião de Administradores Regionais que se Queixam do Entrosamento com as Secretarias e Falam sobre Policiamento

Expositores: Administradores regionais.

Local: Estado da Guanabara.

Duração: 33 minutos.

Data: [1965/1970]

Sumário: Reunião do governador Negrão de Lima com os administradores regionais na qual discutem sobre a distribuição do policiamento na cidade. Fazem reclamação sobre entulhos deixados nas ruas da cidade. Um administrador regional reclama que os administradores regionais estavam recebendo pouca atenção dos órgãos do governo da Guanabara e diz que era necessário haver uma integração com os órgãos do governo. A administradora regional de Campo Grande afirma que havia uma cooperação entre ela e os órgãos do estado, que ela também tivera experiências ruins com pessoas que não queriam colaborar, mas que depois a situação tinha ficado boa. Salienta que a união era necessária. O administrador regional do Méier menciona que no seu bairro também existia um bom entrosamento entre o governo e ele, administrador regional, mas acrescenta que era necessário que isto acontecesse em todas as administrações regionais. Comenta que não se deveria dar atenção a casos particulares. Um orador não identificado recomenda que todos deveriam seguir as leis, não deveriam decidir arbitrariamente o que seguir e o que não seguir. Diz que todos os administradores regionais deveriam apenas cumprir o que estava estabelecido, sem se importar com mais nada. Outro administrador regional fala que na sua região administrativa existia um bom entrosamento, mas que tinha apenas uma queixa, o Departamento de Serviços Complementares da Secretaria de Educação não existia. Ressalta que fora obrigado a interditar duas escolas naquele ano e que a administração não tinha verbas para dar às escolas. O administrador regional da Lagoa menciona que havia um entrosamento com a Secretaria de Obras, mas não com a Secretaria de Educação. Discorre sobre o problema do policiamento, diz que havia passado de razoável a péssimo. Acredita que todos os administradores deveriam reclamar do mesmo problema e reclama que a CEDAG demorava a concluir as obras que iniciava.

Temas: Entrosamento, policiamento, CEDAG, obras.

Nº: 53

Título: Reunião do governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima – 6ª fita.

Expositores: Governador Negrão de Lima e equipe – membros não identificado.

Local: Estado da Guanabara Duração: 27 minutos.

Data: 12/07/1967

Sumário: Discussão sobre o orçamento plurianual, salários dos servidores, empréstimos do governo federal e sobre o ICM. Discussão sobre o orçamento. Pedido para que a burocracia não atrapalhasse a implementação das medidas decididas nas reuniões. Defesa do orçamento plurianual. Alguns discordam, defendem que o orçamento fosse discutido ano a ano. O governador diz que havia sempre uma insatisfação dos servidores com o seu salário, mas que o governo sempre buscava encontrar uma solução para este problema. É sugerida uma reavaliação dos salários dos servidores estaduais. Divulgada a informação de que o governo federal, com dificuldades financeiras, iria cobrar rigorosamente os empréstimos concedidos aos governos estaduais. O estado da Guanabara estava pagando a sua dívida com o governo federal. Questionam se o governo ainda iria dar recursos ao estado da Guanabara. Respondem que o governo do estado tinha direito ao ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias).

Temas: Orçamento, salários, burocracia, empréstimos, ICM.

Nº: 13

Título: IPEG - 6ª fita. Reunião do governador com os administradores regionais para discussão dos problemas de cada um.

Expositores: Governador Negrão de Lima, secretário de Obras, Raimundo de Paula Soares.

Local: Estado da Guanabara

Duração: 30 minutos.

Data: [1965/1970]

Sumário: Discussão sobre a verba destinada às administrações regionais. O governador menciona as duas enchentes para explicar a mudança de prioridade no orçamento do governo do estado da Guanabara. Diz que deveria haver uma integração entre os administradores regionais e o governo do estado. Especifica as atribuições dos administradores regionais. O secretário de Obras, Raimundo de Paula Soares, reconhece que o entrosamento entre administradores regionais e o governo do estado ainda não era o ideal. Diz que a última enchente também tinha sido responsável por dificultar este entrosamento. Explica que o grande problema dos subúrbios era a falta de asfalto e saneamento básico, mas que não havia verbas para acabar com esta situação. Comenta que a maioria dos buracos nas ruas, que geravam reclamações da população, eram causados pela rede de abastecimento d'água obsoleta. Ressalta que a enchente também havia aumentado o número de buracos nas ruas. Mas afirma que os buracos estavam diminuindo. Discorre sobre a construção de usinas de lixo, o que iria diminuir os percursos dos caminhões de lixo. Considera que a prioridade do governo era investir para evitar novos estragos na cidade por causa de enchentes. Cita as obras na rua General Glicério como um exemplo. Fala sobre as obras feitas nos rios em vários bairros da cidade e acrescenta que era uma ação a longo prazo. Diz que não havia recursos para resolver todos os problemas, mas que o governo iria se esforçar para fazer o máximo possível. Menciona que as prioridades eram as áreas críticas, que tinham recebido muitos pedidos de obras da população, e que não se podia generalizar os problemas das administrações regionais, porque cada região tinha um tipo de problema. Ressalta que a Secretaria de Obras precisava de auxílio. Cita a grande quantidade de terrenos baldios existentes na cidade e que acumulavam lixo. Considera importante que fossem criados mutirões para retirar o lixo da Zona da Leopoldina. Explica que se os terrenos baldios tivessem muros, diminuiria o problema de acúmulo de lixo. O administrador regional da Lagoa confirma que havia muitos terrenos baldios na sua região e que a maioria dos terrenos pertenciam a pessoas com muitas posses que não se interessavam em resolver o problema. Sugere que o governo aumentasse o IPTU dos terrenos mencionados.

Temas: Entrosamento, administração regional, enchentes, IPTU, obra.

Nº: 45

Título: Atividades Internas RPM 5 – 3/4. Reunião do reitor da UEG para discutir a criação de departamentos, institutos e outros assuntos pertinentes à universidade.

Expositores: Reitor e oito oradores não identificados.

Local: Estado da Guanabara. Duração: 60 minutos.

Data: [1960/1975]

Sumário: Discussão sobre a criação ou extinção de cursos, departamentos e institutos na Universidade do Estado da Guanabara. Análise da grade curricular dos cursos oferecidos pela universidade. O orador não foi identificado, mas parece ser o reitor da universidade. Ele explica que o terreno da favela do Esqueleto não tinha capacidade para receber os cursos que estavam em outras partes da cidade, como a faculdade de Direito, a de Filosofia e a de Administração. Comenta que todas as universidades brasileiras estavam se movimentando e que a UEG não poderia ficar parada. Defende a criação de quatro institutos. Discorre sobre a importância da Psicologia, da Sociologia e do Português para todos os cursos oferecidos pela universidade. Fala sobre a importância de se construir uma biblioteca central. Destaca que seria necessário pensar na residência estudantil para o curso de enfermagem. Fala sobre a necessidade de construir um DCE (Diretório Central dos Estudantes) também, que a universidade precisava dar esse passo. Explica que não iria copiar modelos já existentes de universidades, pois criara um modelo próprio. Menciona que tinha um prazo de uma semana para entregar um projeto pronto de utilização do terreno da Favela do Esqueleto. Acrescenta que também pretendia utilizar o prédio da 28 de Setembro. Outro orador não identificado menciona uma comissão de planejamento criada para auxiliar o reitor e assinala que esta comissão estava inoperante. Explica que todas as propostas apresentadas deveriam ser aproveitadas. O terceiro orador não identificado fala sobre a necessidade de ocupar o prédio onde deviam ficar os alunos de enfermagem. Ressalta que as condições das instalações utilizadas pelos alunos de Ciências Médicas

não eram satisfatórias. O segundo orador não identificado diz que era preciso fazer obras antes de se ocupar o prédio e que isso deveria ser feito em outros locais também. O quarto orador não identificado considera que ocupar a faculdade com obras seria apenas uma ocupação de um local que pertencia à universidade. Destaca a historicidade da reunião que marcava um ponto total de renovação do pensamento universitário. Comenta que a faculdade estava atualizada com relação às faculdades de outras partes do mundo. O quinto orador não identificado propõe que fosse feita uma revisão do que fora apresentado, sem entretanto apresentar um estudo completo e detalhado, por falta de tempo. Afirma que estavam todos dispostos a cooperar para que o resultado fosse o melhor possível. O sexto orador não identificado explica que em uma semana não era possível apresentar um relatório detalhado, mas que vai se fazer o máximo esforço possível. Diz que todos têm outras obrigações das quais não podem abrir mão. O sétimo orador não identificado considera necessário apenas que se chegue a um consenso sobre os quatro institutos mínimos e se os departamentos são adequados a estes institutos. Desta maneira o reitor já teria um bom material para trabalhar. O reitor diz que foi mal interpretado, que não estabeleceu um prazo de sete dias, que seria apenas uma data simbólica. O mais importante, segundo ele, era ter um ponto de partida e que esperava que já houvesse algo pronto quando fosse se encontrar com as autoridades que iriam decidir sobre a ocupação do terreno da Favela do Esqueleto. O oitavo orador não identificado sugere a divisão em grupos para que pudessem fazer mais em menos tempo e que as prioridades deveriam ser definidas para serem discutidas.

Temas: Departamentos, institutos, favela do Esqueleto, DCE.

Nº: 54

Título: Reunião do governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima no 12º andar do edifício Estácio de Sá

Data: 25/07/1967

Nº: 55

Título: IPEG – 5ª fita - Reunião de administradores regionais

Expositores: Oradores não identificados

Local: Rio de Janeiro

Duração: 33 minutos

Data: [1960/1975]

Sumário: Sugestão de que as reuniões dos órgãos centrais com os administradores regionais passassem a ser feitas em grupos, para economizar tempo dos diretores de departamento e dos administradores regionais. Um administrador regional sugere que houvesse reuniões com os secretários e com os diretores de departamento. Afirma que era importante o conhecimento local do administrador regional. Propõe um debate fraterno, entre colegas. O administrador regional de Anchieta fala sobre as suas dificuldades de agir e de ter os seus pedidos atendidos pelos órgãos do governo. Explica que tentava coordenar ao invés de mandar. Diz que conhece os problemas da sua região. Ressalta a importância de empregar bem os poucos recursos disponíveis. O administrador regional de Irajá elogia a atenção que o governo do estado estava dando à sua região, fazendo muitas obras e recapeando todas as ruas de Vista Alegre. Acrescenta que a única obra que ainda não tinha sido feita em sua região era a construção da galeria retangular, que se iniciaria na Rua Monsenhor Félix, chegando até o rio Irajá. Afirma que a obra impediria inundações em Irajá, Vaz Lobo e Vicente de Carvalho.

Temas: Problemas, região, administradores regionais, galeria

Nº: 64

Título: Reunião com o Secretário de Obras.

Expositores: Oradores não identificados.

Local: Rio de Janeiro.

Duração: 10 minutos.



Data: [1965/1970]

Sumário: Governo negrão de Lima. Reunião do governador com o secretário de Obras e outros membros de governo para discutir as obras que deveriam ser feitas, quais deveriam ser as prioridades. Críticas ao governo por permitir a favelização da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes. Membro do governo assegura que o governo estava combatendo as construções irregulares, demolindo -as.

Temas: Favelização, Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, demolição.

Nº: 61

Título: Reunião sobre Obras a Serem Realizadas.

Expositores: Oradores não identificados.

Local: Rio de Janeiro.

Duração: 35 minutos.

Data: [1965/1970]

Sumário: Governo negrão de Lima. Reunião sobre a construção de conjuntos habitacionais e desapropriação de terrenos e sobre as competências da SURSAN e da CEPE. Discussão sobre a desapropriação de terrenos pelo estado e sobre o terreno na praça da Bandeira. O objetivo das desapropriações seria a construção de conjuntos habitacionais. Comenta-se a necessidade de construir uma escola primária próxima ao conjunto habitacional. Critica-se a escolha da SURSAN (Superintendência de Urbanização e Saneamento) para coordenar as obras do estado, ao invés da escolha da CEPE (Comissão Executiva de Projetos Específicos). A CEPE teria condições de coordenar as obras sem precisar contratar mais funcionários. Debate sobre o orçamento necessário para a realização das obras. Discute-se a construção de um elevador e de um trevo no centro da cidade. Comentam que estão sendo feitos estudos para diminuir o número de terrenos desapropriados e conseqüentemente baratear a obra. Empreendem uma análise sobre as etapas pelas quais a obra deveria passar. Nova discussão sobre a CEPE e a SURSAN, girando em torno de qual das duas deveria assumir a condução das obras realizadas pelo estado da Guanabara.

Temas: Desapropriação, terrenos, CEPE, SURSAN, conjuntos habitacionais.

Nº: 065

Título: Reunião sobre os Problemas de Trânsito da Cidade.

Expositores: Oradores não identificados.

Local: Rio de Janeiro.

Duração: 33 minutos.

Data: [1965/1970]

Sumário: Governo negrão de Lima. Reunião sobre os problemas de trânsito da cidade com propostas de desapropriações para a construção do elevador. Análise do número de carros que passavam pelo túnel Santa Bárbara, que chegava a 50 mil por dia, nos dois sentidos. Comenta-se como o túnel Santa Bárbara havia melhorado o trânsito da cidade. Faz-se a defesa da construção do elevador. Garantem que não haveria problemas nas desapropriações para a construção de edifícios do BNH. Explicam que seriam construídos 500 apartamentos e que o local da construção dos edifícios era próximo a um centro comercial, na praça da Bandeira. Mencionam que seria necessário haver uma renovação da área para atender aos novos moradores. Dizem que o projeto de revitalização iria da praça da Bandeira à rua Frei Caneca e que a CEPE (Comissão Executiva de Projetos Específicos) seria a responsável por coordenar as desapropriações para fins habitacionais e para fins viários, além de executar o plano viário. Tecem explicações sobre a não desapropriação de imóvel da Brahma, na área da construção do conjunto habitacional. A justificativa é de que a Brahma gerava muitos empregos e arrecadação de impostos para o governo.

Temas: Desapropriações, CEPE, Brahma, conjunto habitacional, túnel Santa Bárbara, elevador.

Nº: 066

Título: Reunião na Secretaria de Obras.

Expositores: Oradores não identificados.

Local: Rio de Janeiro.

Duração: 35 minutos.

Data: [1965/1970]

Sumário: Governo negrão de Lima. Reunião na Secretaria de Obras sobre a necessidade de um plano rodoviário estadual e de um distrital. Análise sobre a situação das rodovias federais existentes no estado da Guanabara, que eram de responsabilidade do DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagens). Fala-se sobre a necessidade de aprovação de um plano rodoviário estadual e um plano rodoviário distrital. É ressaltada a importância do cumprimento de prazos para o recebimento de verbas do DNER. Críticas ao governo anterior por não ter investido na manutenção de estradas e na compra de novos equipamentos. Elogios ao novo governo por ter adquirido novos equipamentos. A compra de novas viaturas também seria realizada. Críticas ao governo anterior por não se preocupar com a conservação das usinas da cidade. A produção da usina iria para o Departamento de Estradas e para os outros órgãos do estado que pudessem precisar de massa para conservação. Comenta-se a dificuldade de fazer a conservação da avenida Brasil, pois era muito movimentada.

Temas: DNER, rodovias, plano rodoviário, avenida Brasil.

Nº: 067

Título: Reunião na Secretaria de Obras.

Expositores: Oradores não identificados.

Local: Rio de Janeiro.

Duração: 30 minutos.

Data: [1965/1970]

Sumário: Governo negrão de Lima. Reunião sobre várias obras em curso, inclusive sobre o elevado que evitaria que a estrada passasse pelo terreno da PUC. Faz-se um relatório sumário sobre obras de asfaltamento que estavam sendo feitas na cidade, sobre a ampliação de galerias de túneis, construção de pontes, viadutos, alargamentos de rodovias. Mencionam que as obras se concentravam na Zona Oeste da cidade. Discute-se o plano de construção da Via 11, que iria da Avenida Sernambetiba, na Barra da Tijuca, até Jacarepaguá. É mencionada a preocupação do governo com a contenção de encostas para evitar deslizamentos no caso de novas enchentes ocorrerem na cidade. Mencionam que essas obras eram consideradas prioritárias pelo governo do estado e que o cálculo do custo delas era de 1 bilhão de cruzeiros. Discussão sobre uma obra que passaria onde está localizada a PUC (Pontifícia Universidade Católica). Comenta-se que havia sido feita uma nova análise do projeto, para que a obra não passasse pela universidade. Mas acrescentam que ainda não tinha sido escolhida uma solução alternativa. Dizem que a obra seria um elevado para o túnel Dois Irmãos.

Temas: Asfaltamento, galerias, pontes, viadutos, rodovias, encostas, deslizamentos, PUC.

Nº: 106

Título: Primeira Reunião para Instalação do Conselho de Desenvolvimento do Estado/SURSAN – ½ trilha.

Expositores: Engenheiro Raimundo de Paula Soares, secretário de Obras do estado da Guanabara, e jornalista não identificado.

Local: Estado da Guanabara.

Duração: 30 minutos.

Data: 08/03/1967

Sumário: Governo negrão de Lima. Em entrevista o secretário de Obras responde às perguntas do jornalista sobre desabamento, contenção de encostas, prevenção de enchentes. O engenheiro Raimundo de



Paula Soares, secretário de Obras do estado da Guanabara, fala sobre o desabamento de uma encosta em Laranjeiras que atingiu uma casa e dois prédios, transformando-os em escombros. O jornalista pergunta como a casa que foi soterrada poderia estar ocupada se não tinha conseguido ainda o habite-se. O secretário responde que havia um grande problema de moradia na cidade, e, conseqüentemente, que a falta de habite-se não impedia uma casa de ser ocupada. O jornalista insiste que o alvará era uma garantia da Prefeitura de que o prédio tinha sido feito de acordo com as exigências da Secretaria de Obras. O secretário responde que o alvará era uma exigência de natureza fiscal, e que a casa com ou sem habite-se desabaria. O jornalista pergunta qual a ação da Secretaria de Obras para conter as encostas. O secretário responde que todos os departamentos da Secretaria estavam trabalhando na contenção e no monitoramento das encostas e discorre sobre os projetos a médio prazo que a Secretaria estava adotando. O jornalista pergunta sobre o Rio subterrâneo. O secretário argumenta que o Rio de que ele falava era muito importante. Discorre sobre a tentativa de solucionar os problemas das enchentes na cidade e comenta que as calhas do Mangue e do rio Maracanã não seriam suficientes para evitar o alagamento desses pontos. Explica que teve a ideia de desviar as vazões de algumas bacias por baixo da serra da Carioca para o oceano Atlântico. Menciona que o projeto era viável e deveria começar ainda naquele ano. Conta que a extensão do primeiro trecho do túnel do oceano Atlântico ao túnel Maracanã era de 6.300 metros. O jornalista pergunta sobre a ajuda do governo federal ao estado. O secretário diz que já estavam garantidos 3 bilhões de cruzeiros, mas que iria tentar garantir mais 2 bilhões. O jornalista pergunta se houve vitória na rua Belizário Távora, onde dois prédios desabaram. O secretário garante que as vitórias tinham sido feitas. Diz que um novo laudo seria apresentado ainda naquele dia à imprensa. O jornalista pergunta sobre a ação do governador em Santa Teresa e o secretário salienta que o governo havia trabalhado muito em Santa Teresa para evitar o desabamento de novas encostas e que o governo ainda estava trabalhando no bairro para evitar novos desabamentos.

Temas: Enchentes, desabamentos, Santa Teresa, Rio subterrâneo.

Nº: 107

Título: Reunião dos Administradores Regionais

Expositores: Governador Negrão de Lima, secretário de Obras, Raimundo de Paula Soares, oradores não identificados

Local: Estado da Guanabara

Duração: 31 minutos

Data: 21/06/1967

Sumário: Debate sobre o papel das Administrações. O governador Negrão de Lima começa o seu discurso elogiando os administradores regionais. Diz que a reunião deveria ser franca, todos deveriam ter liberdade para falar o que pensavam. Outro orador comenta que o governo anterior fora o responsável pela criação dos cargos de administrador regional, mas que inicialmente houve uma certa dificuldade em definir qual era o papel do administrador regional. Diz que o governo em curso definira bem o papel que os administradores regionais deveriam desempenhar. Fala sobre a importância dos administradores regionais para estabelecer ligações entre os diversos órgãos da Prefeitura. O secretário de Obras, Raimundo de Paula Soares, diz que faltavam recursos para atender a todos os pedidos da população e que parte da verba do governo teve que ser utilizada no combate às enchentes, diminuindo as verbas destinadas a outras áreas. O vice-governador explica que buscou percorrer algumas administrações regionais para ver como funcionavam. Elogia o planejamento do governo então vigente para os administradores regionais. Salienta que o projeto ainda não estava em funcionamento, segundo comentavam os administradores. Considera que faltava um entrosamento maior entre os administradores e os funcionários da Prefeitura. Mas, ressalta que mesmo com o entrosamento ainda haveria o problema da falta de recursos. Outro orador menciona que o Rio de Janeiro era a única metrópole-estado naquele momento. Destaca que não tinha sido criada uma divisão municipal no Rio de Janeiro, mas que mesmo assim continuava sendo necessário haver uma descentralização e que a criação das Administrações Regionais contribuiria para que o objetivo fosse atingido. Acrescenta que quando as Administrações Regionais foram criadas, houve uma excessiva descentralização. Sugere que deveria haver uma meio termo entre o poder dos administradores regionais e o poder dos órgãos centrais.

Temas: Administradores regionais, centralização, descentralização, entrosamento, órgãos centrais



Nº: 108

Título: Reunião do Secretariado: Secretarias de Governo e de Obras.

Expositores: Secretário de Governo, Humberto Braga, secretário de Obras, Raimundo de Paula.

Local: Estado da Guanabara Duração: 35 minutos.

Data: 07/07/1967

Sumário: Reunião para discussão do plano viário e das ações da CEPE (Comissão Executiva de Projetos Específicos) e da SURSAN (Superintendência de Urbanização e Saneamento).. Exposição do projeto da CEPE 1 e explanação do secretário de Obras sobre as obras realizadas pelo Departamento de Estradas e Rodagens. O secretário de Governo, Humberto Braga, fala sobre a urbanização da área da avenida Presidente Vargas, entre a praça 11 e a praça da Bandeira. Explica que esta área estava deteriorada, comenta que os imóveis da região eram muito antigos, não tinham elevador. Considera que a área, que aquela época abrigava 19 mil pessoas, poderia abrigar até 100 mil pessoas. Diz que a construção de novas casas iria dar impulso à construção civil e que a construção de novas casas e centros comerciais aumentariam a arrecadação do estado. Conta que a área estava valorizada, o que atraía o comércio, assim seria possível fazer um projeto habitacional em um local já urbanizado e não mais em locais remotos, longínquos. Saliencia que era por isso que o projeto em questão agradava a todos. Fala sobre uma discussão em torno da questão da indenização que o governo pagaria para desapropriar imóveis, mas afirma que estava sendo feito um acordo para resolver a questão. Discorre sobre a necessidade de transformar a CEPE em uma autarquia para fazer a urbanização da cidade. Ressalta que a urbanização estava ligada ao plano viário e habitacional e que o plano viário mais importante era o alargamento da avenida Marquês da Sapucaí para construir um elevador. Explica que existia uma relação direta entre o plano viário e o plano habitacional e que a CEPE seria responsável pelo plano habitacional e a SURSAN ficaria com o plano viário, mas que o projeto conjunto não tinha funcionado e que não fora por falta de boa vontade, mas por uma série de acontecimentos. Comenta que o presidente da CEPE considerava que a urbanização deveria ser feita por apenas um órgão para facilitar o andamento das obras. Discussão do secretário com outra pessoa presente à reunião sobre o papel da CEPE e da sua autonomia em relação ao governo do estado. Debate sobre as prioridades que deveriam ser adotadas para realizar as grandes obras, sobre desapropriações e a construção de um viaduto e do plano habitacional. Menciona que a SURSAN não demonstrara interesse em fazer as obras do plano viário e que o plano da CEPE não tinha sido considerado faraônico e que isso era bom. O secretário de obras, Raimundo de Paula, fala sobre a degradação da região entre praça 11 e praça da Bandeira, além de outras regiões da cidade. Diz que a população estava diminuindo na região e que as moradias refletiam o abandono do local. Destaca que a ideia de revitalização desta área era antiga, já era prevista no plano Doxiades. Fala que o primeiro passo da revitalização do local tinha sido a construção de uma escola com trinta e duas salas.

Temas: Obras, viaduto, CEPE, SURSAN, desapropriações, praça 11, praça da Bandeira.

Nº: 109

Título: Reunião da Comissão do Monumento a Estácio de Sá.

Expositores: Governador Negrão de Lima, marechal Mendes de Moraes

Local: Estado da Guanabara.

Duração: 14 minutos.

Data: [1965/1970]

Sumário: Criação da comissão destinada a tratar das questões referentes à construção de um monumento à Estácio de Sá, fundador da cidade do Rio de Janeiro. O governador Negrão de Lima fala que Estácio de Sá já merecia há muito tempo uma estátua em sua homenagem na cidade que fundou. Comenta que então foi criada uma comissão para analisar como seria feita a homenagem. No entanto, acrescenta, posteriormente ficou decidido que o governo do estado assumiria a responsabilidade pela homenagem, em parceria com intelectuais e membros da comunidade portuguesa do Rio de Janeiro. Cita o nome dos integrantes da Comissão do Monumento em homenagem a Estácio de Sá. Da comissão faziam parte, políticos, militares, historiadores. O presidente da comissão era o marechal Mendes de Moraes. Conta que os trabalhos da comissão estavam inaugurados e que ele se colocava à disposição de todos. Faz-se a leitura da ata de fundação da comissão destinada a promover um monumento em homenagem a Estácio de Sá. O marechal Mendes de Moraes agradece ao governador por ter sido nomeado presidente da

comissão. Fala sobre a importância histórica do local escolhido para ser sede da comissão e que a missão seria cumprida.

Temas: Homenagem, Estácio de Sá, cidade do Rio de Janeiro, fundação, monumento.

Nº: 110

Título: Reunião no Gabinete do Governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima – 6ª fita.

Expositores: Não identificados.

Local: Estado da Guanabara Duração: 31 minutos.

Data: 11/07/1967

Sumário: Reunião para a discussão de temas sociais ligados às favelas e aos moradores de rua. Discute-se as funções dos órgãos de assistência social do governo do estado como o Departamento de Favelas e a Fundação Leão XIII. É sugerida a criação de um Centro de Pesquisa e Planejamento para a área social. Comenta-se sobre as dificuldades de funcionamento do Departamento de Favelas. Faz-se pedido de aumento de verba para a área social do governo do estado. Ressalta-se a importância do governo estabelecer parcerias com as associações de moradores das favelas. Sugerem que a água e a energia fossem cobradas dos moradores das favelas através das associações de moradores. Discorre-se sobre o órgão de assistência ao menor e sobre o órgão de assistência aos mendigos que deveriam receber mais recursos. É sugerida a extinção do Departamento de Favelas, porque a estrutura do órgão não era suficiente para o número de favelas existentes. É proposta a transformação do órgão de assistência ao menor em uma filial da Fundação Nacional. Cita-se o exemplo de outros estados - como Goiás e Pernambuco - em que a Fundação obteve bons resultados.

Temas: Associação de moradores, taxas, favelas, departamento de Favelas e Fundação Leão XIII.

Nº: 111

Título: Reunião do Gabinete do Governador Francisco Negrão de Lima, no 12º andar do edifício Estácio de Sá - 1ª fita.

Expositores: Equipe do governador Negrão de Lima – membros não identificados.

Local: Estado da Guanabara

Duração: 60 minutos.

Data: 12/07/1967

Sumário: Debate sobre a necessidade de uma reforma administrativa que extinguisse órgãos ineficientes, aumentasse o salário dos servidores, assim como sua carga horária, com vistas a instituir melhor desempenho do poder público. Faz-se um histórico das reformas administrativas pelas quais passaram os órgãos administrativos da cidade do Rio de Janeiro, antes de ser apresentada a reforma administrativa que o governador Negrão de Lima pretendia implantar no estado da Guanabara. É apresentada a reforma que tinha sido feita pela Lei 263, com o objetivo de adaptar a cidade do Rio de Janeiro à criação do estado da Guanabara. Comentam que a reforma não fora cumprida integralmente, criando distúrbios e distorções na estrutura do estado. Constata-se que há um excesso de servidores estaduais exercendo funções semelhantes, o que tornava a burocracia do estado ineficiente. Menciona-se que a despesa com pessoal representava a maior parte do orçamento do estado. São enumerados os gastos com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Citam que eram 120.000 servidores estaduais e 17.000 servidores aposentados. São apresentadas as remunerações dos servidores de acordo com os cargos que ocupavam no governo do estado. São relatados os casos de órgãos do estado que possuíam apenas um funcionário. Começam a falar sobre o projeto de reforma administrativa do estado. Uma das prioridades da reforma era avaliar todos os órgãos do estado para decidir quais deveriam ser extintos e quais deveriam ser mantidos. Destacam, como outra necessidade, a de regulamentar as atividades dos órgãos. Explicam que seria avaliado qual o número de funcionários necessário para cada órgão. É citado um ciclo vicioso que ocorria porque partia-se da premissa de que não se poderia cobrar produtividade dos servidores, porque o salário era baixo. Então contratava-se mais funcionários. Mas, explicam, contratando mais funcionários diminuía-se a possibilidade de aumentar o salário e, conseqüentemente, melhorar a produtividade dos servidores públicos. Um objetivo da reforma administrativa era profissionalizar o servidor público, evitar

que ele tivesse outros empregos. Para isso, o estado pretendia pagar melhor e aumentar a carga horária dos servidores. Outro objetivo da reforma era evitar que os servidores fossem deslocados dos órgãos onde trabalhavam para outros. São citados casos de excesso de funcionários em determinados órgãos, nos quais não havia condições de todos comparecerem todos os dias, por falta de espaço, enquanto existiam outros em que faltavam funcionários.

Temas: Reforma administrativa, Lei 263, funcionalismo, salários, horários, desempenhos.

Nº: 112

Título: Reunião no gabinete do governador Francisco Negrão de Lima, no 12º andar do edifício Estácio de Sá

Data: 25/07/1967

Nº: 113

Título: Reunião do governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima – 8ª fita

Data: 12/07/1967

Nº: 114

Título: Reunião do governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima – 9ª fita

Data: 12/07/1967

Nº: 115

Título: Reunião do governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima – 10ª fita.

Expositores: Equipe do governador Negrão de Lima – membros não identificados.

Local: Estado da Guanabara Duração: 31 minutos.

Data: 12/07/1967

Sumário: Debate sobre a viabilidade da construção do metrô e sobre as operações e crescimento do BEG. Discussão sobre o orçamento. É defendida a prioridade ao metrô como transporte público da cidade do Rio de Janeiro, ao invés dos ônibus. Discutem se o governo tem condições de fazer a obra de construção do metrô, se era viável. Faz-se a apresentação de gráficos que demonstravam o crescimento do BEG (Banco do Estado da Guanabara). O banco, apesar de manter a sua ligação com o estado, aumentara a sua assistência ao setor privado. Explicação sobre o funcionamento do banco. Análise das operações do banco com os órgãos do estado. É apresentada a política de erradicação de funcionários ociosos do banco, para cortar gastos e evitar os efeitos da inflação. Esta mudança permitiria o aumento da produtividade com menos funcionários. São feitos elogios ao BEG.

Temas: BEG, funcionários, demissão, metrô.

Nº: 116

Título: Reunião no Gabinete do Governador Francisco Negrão de Lima, no 12º andar do Edifício Estácio de Sá – 1ª parte.

Expositores: Membros da equipe da Secretaria de Segurança.

Local: Estado da Guanabara Duração: 31 minutos.



Data: 11/07/1967

Sumário: Reunião da equipe da Secretaria de Segurança do Estado com discussões sobre a melhoria do desempenho da Polícia. A reunião inicia com a discussão sobre as atribuições das administrações regionais. Faz-se proposta de mudanças na Secretaria Estadual de Segurança. Comentam-se as disparidades salariais existentes na Secretaria, que acabavam gerando um mal-estar. Fala-se do problema da falta de viaturas para que a Polícia pudesse realizar o seu trabalho. Segue-se debate sobre o orçamento para a Secretaria de Segurança e sobre a diferença de aumento entre civis e militares. Diz-se que a explicação para a diferença salarial residia nas diferenças no regime de trabalho dos civis e dos militares. Prossegue a discussão sobre as verbas destinadas à Secretaria de Segurança e sobre a necessidade de serem feitas obras urgentes na Secretaria. Comenta-se que algumas delegacias também se encontravam em estado precário. Menciona-se a inauguração da 14ª Delegacia. Falam sobre as atribuições dos guardas civis e acrescentam que o ideal seria a Polícia ter um efetivo de 18 mil policiais, mas que o efetivo da Polícia contava apenas com cerca de 13 mil policiais. Sugere-se a contratação de civis para fazerem trabalhos burocráticos, liberando os policiais para trabalharem em atividades mais ligadas à investigação e ao patrulhamento das ruas.

Temas: Salários, obras, civis, militares, atribuições.

Nº: 117

Título: Reunião no Gabinete do Governador Francisco Negrão de Lima, no 12º andar do Edifício Estácio de Sá – 2ª parte.

Expositores: Membros da equipe da Secretaria de Segurança.

Local: Estado da Guanabara.

Duração: 33 minutos.

Data: 11/07/1967

Sumário: Reunião sobre a situação da Polícia Militar e sobre os baixos salários da corporação. Continuação da discussão sobre as atribuições da Polícia Civil e da Polícia Militar. Reclama-se da falta de funcionários qualificados para exercerem algumas funções específicas na Polícia. Fala-se que nos últimos 3 anos diminuía o número de ocorrências policiais no estado da Guanabara. Comenta-se, novamente, sobre o efetivo policial existente no estado da Guanabara. Fala-se sobre a importância da revalorização da carreira de detetive na Polícia Militar. Critica-se o baixo salário dos policiais que estavam começando as suas carreiras. Discute-se a hierarquia na Polícia Militar. Defende-se o aumento de salário dos policiais. Reclama-se da falta de detetives nas delegacias do estado da Guanabara. Diz-se que as investigações levavam tempo para serem concluídas e que seria necessário que mais detetives fossem contratados para melhorar as investigações Acrescenta-se que, em 1965, foram detidas pela Polícia 50 mil pessoas, em 1966, foram 58 mil pessoas, e no ano em curso já eram mais de 20 mil detenções. Menciona-se que a Polícia só prendia quem era suspeito de haver cometido um crime. Discute-se a possibilidade de alguém ser preso por estar sem documentos.

Temas: Baixos salários, documentos, detetives, crime.

Nº: 118

Título: Reunião no Gabinete do Governador Francisco Negrão de Lima, no 12º andar do Edifício Estácio de Sá - 3ª parte.

Expositores: Membros da equipe da Secretaria de Segurança.

Local: Estado da Guanabara

Duração: 41 minutos.

Data: 11/07/1967

Sumário: Continuação de reunião sobre segurança, tratando também do trânsito e da necessidade de construção do quartel dos bombeiros. Elogia-se a divisão do orçamento da Polícia em duas partes, entre a Polícia Executiva e a Polícia Judiciária. Diz-se que isto iria dar mais transparência aos gastos da Polícia. Fala-se novamente na necessidade de se contratar civis para exercer funções burocráticas na Polícia, o que liberaria um grande número de policiais para o policiamento ostensivo. Comenta-se o rigor do

processo seletivo para entrar na Polícia. Fala-se da divisão de despesas com a União no pagamento do salário dos policiais civis e militares. Discute-se a necessidade de se comprar mais viaturas para que os policiais tivessem mais mobilidade e, desta forma, pudessem cobrir uma área maior. Discute-se também o aumento da verba destinada aos uniformes. Menciona-se a necessidade de haver um uniforme especial para os dias de chuva. Novamente fala-se sobre a necessidade de se contratar civis para exercer funções burocráticas. Assinala-se a diferença do aumento da Polícia e do Corpo de Bombeiros. Debate-se a falta de equipamentos para os bombeiros realizarem seu trabalho. Propõe-se a construção de novos quartéis em terrenos doados pelo governo do estado. A construção de um quartel do Corpo de Bombeiros na Barra era vista como prioridade, pois não existia, à época, nenhum quartel naquela região. A discussão passa a ser sobre o trânsito no estado da Guanabara. É apresentado um plano de atuação que traz desde a preocupação com a manutenção de sinais, placas, ruas, até a organização do tráfego, pontos de táxi e de ônibus.

Temas: Polícia, Corpo de Bombeiros, quartéis, viaturas, uniformes, salários, trânsito.

Nº: 119

Título: Reunião no Gabinete do Governador Francisco Negrão de Lima, no 12º andar do Edifício Estácio de Sá - 4ª parte.

Expositores: Membros da equipe da Secretaria de Segurança.

Local: Estado da Guanabara Duração: 34 minutos.

Data: 11/07/1967

Sumário: Continuação de reunião sobre segurança, tratando também da Secretaria de Justiça, da superlotação dos presídios e do sistema penitenciário. Discussão sobre as atribuições da Secretaria de Justiça do Estado da Guanabara. São enumerados os órgãos subordinados à Secretaria. Discussão sobre o orçamento de 1968 destinado à Secretaria. Discute-se a possibilidade de aumentar o orçamento. Empreende-se um detalhamento de como o orçamento iria ser utilizado em cada órgão subordinado à Secretaria de Justiça. Critica-se os baixos salários dos funcionários do Departamento de Fiscalização. Fala-se mal da conservação das calçadas do estado da Guanabara. Fazem críticas ao número de calçadas com pedras portuguesas. Começam a falar sobre a SUSIPE (Superintendência do Sistema Penitenciário) e deplora-se o fato de um engenheiro ter sido o diretor da SUSIPE. Assinalam que o diretor, naquele momento, era um jovem promotor. Comenta-se que aquele era um modelo de sistema penitenciário pioneiro no estado da Guanabara. Menciona-se o auxílio federal ao sistema penitenciário da Guanabara e explica-se que a verba fora utilizada em obras de conservação e de construção de novos prédios. São enumerados os presídios que faziam parte do Sistema Penitenciário da Guanabara. Comenta-se que o estado não estava em condições de receber mais presos, porque não havia espaço para novos presos e que algumas penitenciárias estavam superlotadas.

Temas: Penitenciárias, salários funcionários, superlotação, SUSIPE.

Nº: 120

Título: Reunião no Gabinete do Governador Francisco Negrão de Lima, no 12º andar do Edifício Estácio de Sá - 5ª parte.

Reunião para discutir questões relativas ao Sistema Penitenciário

Expositores: Não identificados.

Local: Estado da Guanabara

Duração: 32 minutos.

Data: 11/07/1967

Sumário: Discussão sobre o sistema penitenciário no Estado da Guanabara. Fala-se sobre uma parceria do governo do estado com o Instituto de Arquitetos do Brasil para a construção de penitenciárias. Comenta-se a necessidade de separar urgentemente os menores infratores de outros presos. Critica-se as más condições de alojamento dos presos. Discute-se o orçamento necessário para fazer reformas nas penitenciárias. Debate-se a utilização de guardas em outras funções, qualificando como negativo o desvio de função. Defende-se que não deveria haver novas contratações, mas propõe-se o aumento do salário dos guardas em troca do aumento da carga horária. Comenta-se que o número de presos havia crescido e o



número de guardas diminuiria, o que poderia ser arriscado. Por esses motivos, solicita-se aumentar o orçamento destinado à área de segurança. Faz-se objeção à possibilidade de utilizar a Polícia Militar dentro dos presídios. Fala-se sobre vários presos que estavam trabalhando fora dos presídios por terem bom comportamento. Comenta-se sobre a possibilidade de se instalar oficinas nas penitenciárias para dar possibilidade de emprego aos presos.

Temas: Sistema penal, situação dos presos, orçamento, Polícia Militar, desvio de função.

Nº: 121

Título: Reunião no Gabinete do Governador Francisco Negrão de Lima, no 12º andar do Edifício Estácio de Sá - 7ª parte.

Expositores: Não identificados.

Local: Estado da Guanabara Duração: 34 minutos.

Data: 11/07/1967

Sumário: Reunião para discussão de problemas sociais, como crianças carentes, famílias sem pai e mendicância. Discussão sobre programas sociais de apoio a moradores de favela. Pensa-se em dar uma certa quantia às famílias para que as crianças ficassem em casa, não morassem na rua. Discute-se o problema das famílias nas quais as crianças não tinham pai. Discute-se o critério que deveria ser utilizado para decidir quem receberia os donativos do estado. Diz-se que a fiscalização do programa ocorreria mensalmente, e que se o programa não fosse implantado o estado da Guanabara não receberia verba federal para a área. Discute-se qual a melhor maneira de se fiscalizar o programa. Menciona-se que o objetivo era evitar a influência política no programa. Discute-se o caráter jurídico da fundação que deveria ser de uma pessoa jurídica de direito público ou privado. O argumento era a favor de que fosse uma entidade de direito privado, porque diminuiria a burocracia e facilitaria o funcionamento da fundação. Fala-se que havia entre 3 a 4 mil mendigos no estado da Guanabara. É feita uma análise do perfil dos mendigos baseada em dados recolhidos pelos órgãos de assistência social do estado. Salienta-se que entre os mendigos havia doentes mentais, alcoólatras, deficientes físicos e falsos mendigos. Discorre-se sobre a precariedade do abrigo para mendigos, nos quais não havia atividades para eles. Ressaltam que já existiam abrigos com atividades para manterem os mendigos ocupados e, dessa maneira, aumentar a sua permanência neles.

Temas: Mendigos, crianças, famílias, donativos.

Nº: 122

Título: Reunião no Gabinete do Governador Francisco Negrão de Lima, no 12º andar do Edifício Estácio de Sá - 8ª parte.

Expositores: Governador Negrão de Lima e equipe – não identificados.

Local: Estado da Guanabara

Duração: 33 minutos.

Data: 11/07/1967

Sumário: Reunião sobre soluções para os problemas habitacionais Elogios ao albergue João XXIII, localizado na Praça da Bandeira. Comentam que o albergue estava abrigando os flagelados de 1967. Mencionam que o albergue também possuía uma creche. O governador fica impressionado com os elogios ao albergue. São mencionados outros abrigos mantidos pelo governo do estado e os projetos de construção de centros habitacionais. O objetivo era que os favelados se mudassem para os centros habitacionais. Discute-se o resultado das pesquisas que estavam sendo feitas sobre as favelas do Rio de Janeiro. Considera-se que a Rocinha, o Jacarezinho e a Vila Vintém eram favelas que não podiam mais ser removidas, deveriam ser urbanizadas. Sugere-se a criação de um centro comunitário em uma área próxima à Rocinha, em um terreno que pertencia ao Banco Central. Discute-se o orçamento para a obra. São apresentadas sugestões para a construção de conjuntos habitacionais e sobre as despesas de infraestrutura com as quais o governo do estado deveria arcar. Destaca-se o problema de construção de condomínios privados em locais sem infraestrutura e nos quais o governo não poderia intervir levando água, esgoto e luz.

Temas: Albergues, centros habitacionais, centro comunitário, urbanização, favelas.

Nº: 123

Título: Reunião no Gabinete do Governador Francisco Negrão de Lima, no 12º andar do Edifício Estácio de Sá - 9ª parte.

Expositores: Governador Negrão de Lima e equipe – membros não identificados.

Local: Estado da Guanabara Duração: 46 minutos.

Data: 11/07/1967

Sumário: Discussão sobre a remoção ou urbanização das favelas e sobre o plano habitacional do governo. Discutem-se quais os critérios que deveriam ser adotados para decidir se uma favela deveria ser removida ou urbanizada. É mencionado o valor de terrenos próximos a favelas que poderiam ser altamente valorizados com a remoção destas. Debate sobre se a remoção deveria ser para locais perto ou longe das favelas. É discutido um estudo sobre a economia no estado da Guanabara, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas. Comparam-se os dados do estado da Guanabara com os dados do estado do Rio de Janeiro. Analisa-se a migração de pessoas do Grande Rio para o estado da Guanabara. É apresentado um plano para acabar com as favelas na cidade em 10 anos. O governador diz que era improvável que isso acontecesse, porque na metade do prazo haveria dobrado o número de favelas na cidade. Diz, ainda, que mesmo que fosse cumprida a meta de construção de 16 mil casas por ano, o problema das favelas não seria resolvido. Discussão do projeto de política habitacional do governo do estado da Guanabara. Discute-se quais os órgãos que deveriam participar desse projeto. Aponta-se o apoio do governo federal ao plano de habitação através do BNH. Discussão sobre as promessas do governador de não remover as favelas e o projeto habitacional que previa a remoção de favelas. Sugere-se que o governo estimulasse que os moradores de favela se mudassem voluntariamente desses locais para centros habitacionais, com boas moradias e emprego.

Temas: Favelas, remoção, urbanização, plano habitacional, BNH (Banco Nacional da Habitação).

Nº: 124

Título: Reunião no Gabinete do Governador Francisco Negrão de Lima, no 12º andar do Edifício Estácio de Sá - 10ª parte.

Expositores: Governador Negrão de Lima e equipe - membros não identificados.

Local: Estado da Guanabara Duração: 24 minutos.

Data: 11/07/1967

Sumário: Discussão sobre remoção e urbanização de favelas e sobre órgãos de financiamento de casa populares. Continua a discussão sobre as favelas. O governador diz que em sua campanha defendia que o favelado não poderia ser removido de um lugar para outro como se fosse gado. Além disso, defendia a urbanização das favelas e que a remoção, caso fosse necessária, deveria ser feita de acordo com o morador da favela. O governador ainda defende que os favelados não deveriam ser removidos violentamente e para lugares distantes da sua antiga moradia. O governador diz que tinha que se chegar a um meio termo, não remover todas as favelas, mas também não urbanizar todas as favelas. Diz que os favelados que morassem em áreas de risco de desabamento aceitariam a remoção, desde que para lugares próximos. Discussão sobre o papel da COHAB (Companhia Habitacional), que fora criada com o objetivo de estudar e propor soluções para o problema de habitação popular e favelas. Mencionam que à época as COHABs eram ligadas aos bancos de habitação. Através das COHABs os bancos de habitação poderiam construir casas para famílias de baixa renda, de um a três salários mínimos. Comenta-se que a Caixa Econômica financiava as habitações populares. Mas é lembrado que apenas as COHABs financiavam imóveis para famílias com renda de um a três salários mínimos. Salientam que as COHABs tinham recursos provenientes do estado e do Banco Nacional de Habitação e que o BNH concedia empréstimos às COHABs para financiamento de construção de casas populares e obras de infraestrutura.

Temas: Favelas, remoção, urbanização, COHAB, Caixa Econômica, BNH.



Nº: 125

Título: Reunião do Governador no 12º Andar do Edifício Estácio de Sá

Expositores: Oradores não identificados e governador Negrão de Lima

Local: Rio de Janeiro

Duração: 29 minutos

Data: 11/07/1967

Sumário: Debate sobre a situação dos servidores no que tange a salários e funções incompatíveis com a formação. Discussão sobre o número de servidores estaduais e sobre a sua remuneração. Comentam que a Secretaria de Administração era a responsável por analisar a situação dos funcionários, quantos servidores existiam e se era possível dar aumento a eles. O governador é aconselhado a aumentar o salário dos servidores, o que refletiria imediatamente na produtividade deles. Debatem sobre o problema de os funcionários estarem trabalhando em funções incompatíveis com a sua formação. É levantada a questão dos servidores que, após afastamento por doença, tentavam se readaptar ao trabalho. Há reclamações de que muitos funcionários não conseguiam se readaptar. Discussão sobre se valeria a pena reavaliar os cargos e salários de todos os servidores estaduais. O governador considera que era necessário reavaliar todos para evitar reclamações, pois pretendia evitar problemas. Discussão sobre equivalência de cargos e reavaliação de salários.

Temas: Salário, produtividade, cargos

Nº: 126

Título: Reunião no Gabinete do Governador Francisco Negrão de Lima, no 12º andar do Edifício Estácio de Sá - 12ª parte.

Expositores: Membros da equipe do governador Negrão de Lima não identificados.

Local: Estado da Guanabara Duração: 30 minutos.

Data: 11/07/1967

Sumário: Discussão sobre a urbanização das favelas, a construção de conjuntos habitacionais e a instalação de indústrias próximas aos conjuntos. Debate sobre a construção de casas em conjuntos habitacionais, o tamanho que elas deveriam ter, a possibilidade do projeto receber financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Discute-se a instalação de indústrias em áreas próximas aos conjuntos habitacionais e apresentam a proposta de que os moradores fossem a mão de obra dessas indústrias. Debate sobre o número de casas que deveriam ser construídas. São discutidos o cronograma e as verbas das obras de habitação do governo do estado da Guanabara. Revelam o planejamento de construção de escola próxima a conjunto habitacional em Cordovil. Volta a ser discutido o número de casas que iriam ser construídas. Volta-se a falar que não seria possível urbanizar todas as favelas, apenas algumas. Menciona-se que já estava sendo feita uma renovação urbana na favela do Barro Vermelho, no Engenho Novo. Considera-se que esta favela estava integrada à comunidade, a favela recebera água, luz e esgoto e os barracos foram substituídos por casas de alvenaria. Os moradores iriam pagar pelas casas.

Temas: Conjuntos habitacionais, BID, indústrias, mão de obra, urbanização,

Nº: 127

Título: Reunião no Gabinete do Governador Francisco Negrão de Lima, no 12º andar do Edifício Estácio de Sá - 13ª parte.

Expositores: Governador Negrão de Lima e equipe – membros não identificados.

Local: Estado da Guanabara Duração: 33 minutos.

Data: 11/07/1967

Sumário: Debate sobre a necessidade de construção de conjuntos habitacionais e sobre os problemas que poderiam advir da remoção dos favelados. Discussão sobre o número de casas que seriam construídas. O Banco Nacional de Habitação era responsável pelo financiamento inicial. Pergunta-se sobre a participação da Caixa Econômica Federal no projeto de construção de casas populares. O governador diz que não seria



necessário envolver a Caixa no projeto. Discussão sobre os tipos de financiamento que poderiam ser utilizados na venda das casas populares. O governador diz que o estado só iria restituir o dinheiro ao BNH (Banco Nacional da Habitação) em 20 anos. Discute-se o risco de inadimplência dos moradores dos novos conjuntos habitacionais. O governador cita o exemplo da Vila Kennedy, onde havia um alto índice de inadimplência. Argumentam que os moradores foram levados a força para Vila Aliança e Vila Kennedy e por isso se recusavam a pagar pelas casas, diferente do que iria acontecer na Cidade de Deus, para a qual os moradores de favelas iriam voluntariamente. O governador continua preocupado com o risco de inadimplência e com a impossibilidade de despejar os moradores que não pagassem por suas casas. São apresentados planos de construção de novos conjuntos habitacionais durante o ano. É analisada a densidade demográfica do estado da Guanabara e constata-se que havia áreas muito vazias como Jacarepaguá, Santa Cruz e Campo Grande. Sugerem que essas áreas poderiam abrigar novos conjuntos habitacionais, como a Cidade de Deus. Destaca-se que a política habitacional deveria favorecer a expansão de municípios como Caxias e Nilópolis, impedindo que moradores dessas cidades se mudassem para locais já saturados do Rio de Janeiro.

Temas: Migração, inadimplência, conjuntos habitacionais, Vila Kennedy, Vila Aliança e Cidade de Deus.

Nº: 128

Título: Reunião no Gabinete do Governador Francisco Negrão de Lima, no 12º andar do Edifício Estácio de Sá - 14ª parte.

Expositores: Governador Negrão de Lima e equipe – membros não identificados.

Local: Estado da Guanabara Duração: 23 minutos.

Data: 11/07/1967

Sumário: Reunião sobre a remoção das favelas para os conjuntos habitacionais a serem construídos pelo governo estadual. Discussão sobre a expansão urbana da cidade na Zona Norte, visando o aumento da população na região. Discussão sobre o papel da COHAB (Companhia de Habitação). Análise dos custos das obras do plano de habitação do governo do estado. Criticam-se as condições precárias em que se encontravam a Vila Kennedy e a Vila Aliança. Discutem-se os valores destinados para projetos de urbanização de favelas. Existe uma dúvida sobre quem deveria assumir os projetos nas favelas, a COHAB, ou a Fundação Leão XIII. O governador defende que a Fundação Leão XIII assumisse os projetos nas favelas. O governador diz que tinha apenas 8% do orçamento destinado às obras e investimentos, e que por isso não poderia fazer milagres. O governador pergunta se já havia terrenos suficientes para fazer as obras sem precisar desapropriar mais terrenos. Alguns defendem a necessidade de mais desapropriações.

Temas: Favelas, desapropriações, Zona Norte, COHAB, Fundação Leão XIII, conjuntos habitacionais.

Nº: 129

Título: Reunião no Gabinete do Governador Francisco Negrão de Lima, no 12º andar do Edifício Estácio de Sá - 15ª parte

Data: 11/07/1967

Nº: 130

Título: Reunião do Governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima – 7ª fita

Data: 12/07/1967



Nº: 131

Título: Reunião do Governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima no 12º andar do Edifício Estácio de Sá - 1ª fita

Data: 25/07/1967

Nº: 132

Título: Reunião do Governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima no 12º andar do Edifício Estácio de Sá - 2ª fita.

Expositores: Equipe do governador Negrão de Lima – membros não identificados.

Local: estado da Guanabara.

Duração: 30 minutos.

Data: 25/07/1967

Sumário: Debate sobre os benefícios da reforma administrativa, aumento de salário e de carga horária dos servidores. Discussão sobre o orçamento, sobre os gastos do governo do estado antes e depois da reforma administrativa. Comentam a intenção de aumentar a remuneração dos servidores, para aumentar a sua produtividade. Análise dos gastos do governo com pessoal. Discussão sobre as vantagens que a reforma administrativa poderia trazer, ou seja, a reforma permitiria pagar melhor a um menor número de funcionários. Críticas ao governo anterior que desorganizara a administração estadual. Comentam que a primeira fase da reforma administrativa estava sendo concluída pela Secretaria de Administração. São apresentadas tabelas estipulando o salário dos servidores estaduais, de acordo com o cargo que ocupavam. Algumas propostas a respeito dos salários são divulgadas. Discute-se a questão do aumento da carga horária e da redução do número de funcionários. Mencionam que já tinha sido iniciado o processo de verificação das atividades dos órgãos do estado, para determinar qual deve ser o gasto de cada órgão.

Temas: Gastos de custeio, reforma administrativa, salários, servidores.

Nº: 133

Título: Reunião do Governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima no 12º andar do Edifício Estácio de Sá - 3ª fita.

Expositores: Governador Negrão de Lima e equipe – membros não identificado.

Local: Estado da Guanabara

Duração: 26 minutos.

Data: 25/07/1967

Sumário: Discussão sobre a classificação dos níveis dos órgãos, sobre os conceitos de serviço e divisão e sobre a tabela de níveis dos órgãos. Debate sobre a classificação dos níveis dos órgãos, quais deveriam ter um nível mais elevado, quais deveriam ter um nível mais baixo. Não havia consenso. Debate sobre a definição de serviço e sobre a definição de divisão. Questionam se todas as divisões receberiam as mesmas verbas do governo do estado. Questionam também a tabela de níveis dos órgãos do governo elaborado pela Secretaria de Administração do estado. Explicam que a tabela deveria ser aprovada pela Assembleia Legislativa. Dúvidas se a tabela que previa o aumento dos vencimentos dos servidores deveria ser aprovada em 1968 ou em 1969. O governador diz que o assunto deveria voltar a ser discutido em novembro. Mas a discussão sobre quando o aumento deveria começar a vigorar continua. O governador insiste que esta discussão deveria ocorrer apenas em novembro.

Temas: Classificação de níveis, definições, serviço, divisão, Assembleia Legislativa, tabela de níveis.

Nº: 134

Título: Reunião do Governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima no 12º andar do Edifício Estácio de Sá - 6ª fita

Data: 25/07/1967



Nº: 196

Título: Solicitações dos Moradores ao Prefeito Marcos Tamoyo para que fossem Realizadas Obras de Infraestrutura no bairro.

Expositores: Marcos Tamoyo e moradores de Irajá.

Local: Irajá, Rio de Janeiro - RJ

Duração: 2h5min.

Data: [1975/1979]

Sumário: Moradores apresentam abaixo-assinado ao prefeito solicitando uma série de melhoramentos para o bairro de Irajá. Pavimentação é o tema mais abordado, seguido de pedido de saneamento do rio Quitumbo, obras contra enchentes, construção de ponte metálica, problemas causados por desapropriações, instalação de um pronto socorro, drenagem, melhoria dos transportes coletivos, policiamento, construção de escolas.

Temas: Solicitação de obras em vários setores.

Nº: 387

Título: Prefeito Júlio Coutinho Fala sobre Desequilíbrio Social e Violência - Convênio SMEC - Colégio Pedro II.

Expositores: Diretor do Colégio Pedro II, prefeito Júlio Coutinho.

Local: Rio de Janeiro.

Data: 16/10/1980

Sumário: Assinatura de convênio entre a Prefeitura e o Colégio Pedro II para receber alunos egressos da Rede Municipal de Ensino. O mestre de cerimônias dá início à solenidade da assinatura do termo de ajuste que entre si celebravam a autarquia Colégio Pedro II e o município do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Educação e Cultura, a fim de ministrar o ensino da 5ª série do Primeiro Grau até a conclusão do 2º Grau aos alunos oriundos da Rede Escolar Municipal. O termo é assinado pelo prefeito e pelo diretor geral do Colégio Pedro II. O diretor geral do Pedro II diz que o colégio Pedro II se sentia mais uma vez honrado em estabelecer convênio entre o governo federal e as autoridades municipais no sentido de uma complementação de ensino entre os meninos do 1º Grau do município, que complementaríamos seus estudos no colégio Pedro II, motivo de muita satisfação e muita honra para o colégio. Afirma que o Colégio Pedro II, nos seus 143 anos de existência, receberia do município uma garotada, como já ficara demonstrado no ano anterior, capaz, cheia de vontade de aprender, enfim, uma garotada que correspondia exatamente àquilo que o Pedro II esperava e procurava e que assim, felizmente, o Colégio Pedro II havia encontrado um meio de ter, em suas fileiras, os 7 anos de ensino. Júlio Coutinho, prefeito da cidade do Rio de Janeiro, fala que estavam reunidos para assinar mais um convênio entre o governo federal e a Prefeitura do Rio de Janeiro, no sentido de continuar a experiência bem sucedida de integração da Rede Municipal de Ensino com o tradicional e reconhecido Colégio Pedro II. Lembra que a experiência fora bem sucedida porque, no ano anterior, através do convênio existente, possibilitou-se que cerca de 1.100 jovens da Rede Municipal se integrassem ao sistema, com o objetivo de completar sua educação através do processo profissionalizante, e que pretendiam estender essa possibilidade a cerca de 1200 crianças do município. Diz que era uma notícia importante para educadores e para representantes dos diversos Distritos de Educação e Cultura que vinham, mais uma vez, como acontecera tantas vezes no passado, para manter contato, diálogo, a fim de assistirem a mais uma iniciativa da Secretaria de Educação e Cultura referendada por todos os presentes. Fala que a prioridade da administração do município seria o atendimento ao setor social da comunidade, tentando contribuir para evitar os desníveis que todos conheciam e atenuar o desequilíbrio social que era flagrante na comunidade. Afirma que esse desequilíbrio social tinha diversas origens sobre as quais a Prefeitura e a comunidade carioca tinham apenas responsabilidade com relação às consequências, que tinham diversos subprodutos e um deles, o aumento da violência urbana, preocupava muito. Ressalta que era um fenômeno universal, que existiam registros do acréscimo da violência urbana em todos os grandes centros. Destaca que se fosse levado em consideração que no ano 2000 os maiores centros urbanos do mundo seriam países em desenvolvimento, esse aumento da concentração urbana teria um significado muito especial, porque traria um desequilíbrio,



e este gerava diversos subprodutos. Menciona que o que mais preocupava era a violência, mas gerava também outros e um deles era a injustiça social, que também era muito importante porque, por sua vez, iria contribuir para o aumento da violência urbana. E que eram atos como o de permitir que cerca de 1.200 crianças tivessem melhores oportunidades de participarem como cidadãos, da vida comunitária, que faziam a diferença. Fala que a única ressalva era que o convênio não fosse um convênio ilimitado, que se pudesse estender à totalidade de nossas crianças. Afirma que a comunidade infantil que procurava a Rede Municipal de Ensino era constituída por cerca de 600 mil crianças que precisavam de uma oportunidade como a dada pelo convênio, mas que, sem dúvida, o convênio era uma indicação, uma orientação que os motivava a criar condições que contribuíssem decisivamente para atenuar o desequilíbrio social. Fala que seria preciso adotar medidas a médio e longo prazo, mas também de curto prazo: aumentar a segurança e o patrulhamento das ruas, a fiscalização e a repressão à criminalidade. Porém, diz que entendia que medidas a médio prazo só se fariam sentir dentro de cinco ou dez anos, mas que deviam ser tomadas também medidas de longo prazo, no sentido de identificar a razão das grandes migrações internas. Comenta que era preciso criar condições para que a migração interna fosse reduzida e que, mesmo em um pensamento mais ambicioso, para que houvesse uma inversão no fluxo de migração interna e que grandes populações voltassem às suas origens e tivessem condições de vida equivalentes ou parecidas com as que esperavam ter nos grandes centros urbanos. Conclui dizendo que eram medidas a longo prazo que talvez demorassem para ser implantadas e surtirem efeito, mas que enquanto a comunidade e as administrações não tomassem simultaneamente as três medidas que ele acabara de mencionar, a longo, a médio e a curto prazo, a violência urbana e o desequilíbrio social dificilmente seriam reduzidos.

Temas: Convênio, educação, desequilíbrio social, violência urbana, migração interna.

Nº: 244

Título: Prefeito Marcos Tamoyo Reúne-se com os Prefeitos de São Paulo, Manaus, Recife, Teresina, João Pessoa e Rio Branco – diálogo nacional – TV Record.

Expositores: Apresentador: Blota Júnior, prefeito de São Paulo - Olavo Setúbal, prefeito de Teresina - Raimundo Ferraz, prefeito de Manaus - coronel Jorge Teixeira de Oliveira.

Local: Rio de Janeiro, RJ.

Duração: 45 minutos.

Data: 23/05/1977

Sumário: Apresentador: Blota Jr.

Convidados:

prefeito de São Paulo - Olavo Setúbal.

prefeito do Rio de Janeiro - Marcos Tamoyo.

prefeito de Manaus - coronel Jorge Teixeira de Oliveira.

prefeito de Recife - Antônio Arruda de Farias.

prefeito de Teresina - Raimundo Ferraz.

prefeito de João Pessoa - Hermano Augusto de Almeida.

prefeito de Rio Branco - Aduino Brito da Frota.

Debate dos prefeitos sobre especulação imobiliária e problemas sociais. Blota Júnior sugere que o prefeito de São Paulo, como anfitrião, iniciasse o debate. Olavo Setúbal aceita a sugestão e começa o debate perguntando ao prefeito do Rio de Janeiro como ele combatia a especulação imobiliária em sua cidade. Marcos Tamoyo responde que considerava a especulação imobiliária o problema mais grave do Rio de Janeiro. Ele diz que no Brasil se vivia no sistema capitalista, que era baseado na lei da oferta e da procura, e que isso explicava a especulação imobiliária, ou seja, os preços eram altos porque havia quem comprasse. E os compradores existiam porque cada vez mais convergiam populações migrantes para os polos urbanos. Tamoyo diz, ainda, que o Rio não crescera de forma planejada, que o urbanismo era uma ciência de país desenvolvido e que o Brasil era um país em desenvolvimento, que estava começando a usar os conhecimentos urbanísticos em suas cidades. Comenta que a ausência de um sistema de transportes de massa adequado para a população carioca era uma das causas da especulação imobiliária, porque as pessoas concentravam as suas moradias nos polos comerciais da cidade. Afirma que um bom sistema de transporte de massa, somado a uma legislação de uso do solo adequada, ajudaria a combater a especulação imobiliária. Fala que, posteriormente, poderiam ser utilizadas outras medidas, como por exemplo o "espaço criado", adotado em São Paulo, que permitia a todo cidadão construir em m² o espaço que tinha de terra no nível do solo, o que equalizava o uso do solo. Ressalta que no Rio de Janeiro havia



uma defasagem de 40 anos em relação aos transportes de massa. Em termos de ocupação de solo, comenta ele, a cidade contava com um Código de Obras muito bom. O objetivo era chegar ao estágio de São Paulo, que implementara o espaço criado. Por fim, Tamoyo repete que a especulação imobiliária ocorria por causa da lei da oferta e da procura e por causa da demanda de migrantes que buscavam trabalho, saúde e educação na cidade. O prefeito de São Paulo diz que Tamoyo propunha uma solução a longo prazo e que ele queria uma resposta sobre como o problema poderia ser resolvido a curto prazo, levando-se em conta que no Rio e em São Paulo os terrenos eram supervalorizados, inclusive em áreas sem infraestrutura. Pergunta qual seria a solução para controlar a lei da oferta e da procura. Marcos Tamoyo responde que havia dois caminhos, o do governo e o da iniciativa privada para garantir moradia à população de baixa renda. Destaca que o governo poderia desapropriar áreas não dotadas de infraestrutura urbana e preparar essas áreas pelo sistema de cooperativas, com recursos do BNH (Banco Nacional da Habitação) e da CEF (Caixa Econômica Federal), para que fossem construídos núcleos e também garantir a drenagem desses núcleos com sistema de transportes. Comenta que outro caminho seria o da iniciativa privada, que construiria moradias de baixo custo. Tamoyo menciona que já havia feito esta sugestão ao BNH para incentivar os empresários a investirem no ramo dos imóveis baratos. O prefeito sugeriu, ainda, que o Fundo de Garantia fosse usado como garantia de pagamento. Contudo, diz ele, a iniciativa privada não havia demonstrado interesse. Tamoyo fala que as áreas que ainda eram passíveis de serem compradas a preço baixo deveriam ser desapropriadas e fiscalizadas para não serem invadidas e que deveriam sofrer um investimento em infraestrutura e a construção deveria ser feita sobre um m² de custo baixo. Mas ele aponta um problema nos financiamentos. Fala que depois que a casa ficasse pronta, o valor do terreno aumentaria substancialmente, e isso constituiria um incentivo para os moradores venderem a casa pelo preço do mercado, o que acarretaria o retorno ao problema da especulação imobiliária. O prefeito estima que 40% dos moradores tomariam essa atitude, e diz que isso já acontecia com pessoas que tinham se inscrito na COHAB (Companhia de Habitação). Porém, ressalva que isso não significava que as casas não deveriam ser construídas. O apresentador pergunta aos outros prefeitos como eles encaravam o problema das moradias das classes média e baixa em suas cidades. O prefeito de Teresina responde que esse problema também existia em sua cidade, porque a população duplicava de 10 em 10 anos. Ele comenta que o problema habitacional era causado pela má ocupação dos espaços existentes na cidade, o que provocaria o aparecimento de latifúndios urbanos. Destaca que a Prefeitura tentava resolver o problema estabelecendo loteamentos populares e encaminhando construções populares através do BNH. Porém, explica que o problema da venda de casas populares por pessoas que compraram a casa por preço baixo também existia em Teresina. Fala que lá, apenas 20% das moradias do maior conjunto habitacional pertenciam aos primeiros donos. O prefeito fala que somente a infraestrutura ao redor das casas populares fixaria os moradores. Mas, ressalta que quando os moradores se mudavam os problemas eram transferidos para outros lugares. Ele afirma que os conjuntos habitacionais provocavam migração da população do interior e que isso ocorria em todo o Brasil. Blota Júnior pergunta ao prefeito de Manaus se a vida lá era cara, porque o prefeito Marcos Tamoyo dissera que toda cidade grande era cara. O prefeito argumenta que a população de Manaus crescera muito por causa da Zona Franca, o que tinha ocasionado o surgimento de favelas. Explica que a população tinha se concentrado perto dos igarapés, causando a poluição dos mesmos. Fala que por isso a Prefeitura estava tentando urbanizar as favelas e resolver os problemas dos transportes urbanos. Explica que duas das três maiores favelas da cidade já se tinham transformado em bairros. Segundo o prefeito, a Amazônia era um local caro, que havia pouco tempo era isolado, distante dos centros produtores, e difícil de implantar atividades agropecuárias. Ele considera que o grande problema de Manaus era a alimentação, que era a base de peixe, e que os outros gêneros de primeira necessidade chegavam muito caros, quando não chegavam estragados devido à distância. Menciona que em Manaus o salário era baixo e a população muito grande, cerca de 650 mil habitantes. Por fim, diz que existia um conjunto habitacional em Manaus que não estava sendo utilizado por questões judiciais, e que esperava uma solução rápida para o impasse.

Temas: Habitação popular, BNH, CEF, COHAB, infraestrutura, especulação imobiliária.

Nº: 262

Título: Reunião Anual para Estabelecimento de Conduta Política da Prefeitura e seus Membros durante o Período Eleitoral de 1978.

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Duração: 30 minutos.

Data: 13/12/1977

Sumário: Ano eleitoral - A reunião começa com muita confusão. Diz-se que a partir de fevereiro deveriam sentar-se à mesa e discutir em termos estatísticos, verificar os gráficos para analisar as atividades das secretarias, de forma a cobrir as áreas que estavam em falta. Alguns comentários são feitos com certo descrédito Diz-se, ainda, que seria preciso que notícias de impacto sobre a administração saíssem nos jornais, que o ano político deveria ser de agressividade. Inicia-se discussão sobre quem iria transcrever o conteúdo das fitas com jornadas médicas. Todos falam ao mesmo tempo. Alguém sugere que as fitas fossem ouvidas por um médico, para que ele extraísse o que merecia ser registrado. Alguém aparteia falando que não havia recursos a fim de pagar funcionários para a prestação desse tipo de serviço. Solicitação para que na próxima reunião os presentes trouxessem as necessidades de cada secretaria. Diz-se que todos deveriam trabalhar em seu benefício, porque com o benefício de cada um era que viria o benefício da gente. Todos deveriam trabalhar em benefício da Fazenda. Os feitos da Comlurb ocupam lugar de destaque nas notícias.

Temas: Estratégia eleitoral, divulgação dos feitos da administração municipal.

Nº: 299

Título: Reunião do Prefeito Marcos Tamoyo com Médicos Residentes e Sindicalistas.

Presidente do Sindicato dos Médicos, prefeito Marcos Tamoyo.

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Duração: 30 minutos.

Data: 20/07/1978

Sumário: O prefeito Marcos Tamoyo dialoga com médicos residentes sobre aumento salarial. Marcos Tamoyo: "Acho melhor vocês fazerem as perguntas, é melhor eu relatar e vocês tiram os tópicos que julgarem mais importantes. O problema é um só, a Prefeitura não tem a menor condição de pagar mais de quatro mil seiscientos e oitenta cruzeiros, como o governador Faria Lima já propôs. Entretanto, os residentes trazem agora à Prefeitura uma observação de que o Ministério da Educação paga aos hospitais estaduais e municipais várias bolsas para médicos de várias especialidades. Então, eles vieram me solicitar que eu enviasse um documento, que eles vão elaborar, no sentido que o Ministério da Educação e Cultura pagasse a eles diretamente uma bolsa complementar de pós graduação. Em outras palavras, a Prefeitura informaria ao Ministério apenas a frequência deles durante o ano. Eu disse a eles que, deste modo, não haveria nenhum inconveniente por parte da Prefeitura, desde que eles voltassem ao trabalho. O resultado disso não depende de mim e sim do ministro da Educação e Cultura." Residentes: "Estamos reivindicando, a nível nacional, um piso salarial de sete mil cruzeiros, então, para nós é importante que este piso seja atingido. Qualquer solução que chegue a este piso é favorável aos residentes. A nível do estado e do município para encaminharmos uma posição neste sentido, teremos que tentar uma nova entrevista com o governador Faria Lima, para ver se ele concorda com este tipo de solução para o impasse. Qualquer tipo de proposta de volta ao trabalho só pode ser apresentada aos residentes depois que nós tivermos alguma coisa concreta para apresentar a eles. Por enquanto, temos a palavra do prefeito, tendo a palavra do governador eu posso encaminhar a proposta à assembleia dos residentes. O sindicato, junto com outros especialistas, pretende fazer um retrato da atual situação da saúde e do mercado de trabalho para médicos no Brasil."

Temas: Médicos residentes, aumento de salário, bolsa complementar.

Nº: 316

Título: SUDEBAR - Superintendência de Desenvolvimento da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá.

Expositores: Samuel Sztiglic, secretário Municipal de Planejamento, deputado Heitor Furtado, prefeito Marcos Tamoyo.

Local: Rio de Janeiro

Duração: 20 minutos.

Data: 13/03/1979

Sumário: Inauguração da sede da Secretaria de Planejamento. Samuel Sztiglic, secretário Municipal de Planejamento, conta que a pequena Secretaria colhia naquele dia, junto com o prefeito Marcos Tamoyo, os frutos do trabalho começado quatro anos atrás. Destaca que estavam chegando da inauguração de algumas escolas e o prefeito ainda iria inaugurar uma estrada em Jacarepaguá, dentro em pouco. Assinala que no dia seguinte iria ser inaugurada mais uma escola em Jacarepaguá. Menciona que a Superintendência da Barra da Tijuca estava recebendo oficialmente uma sede com mais de 1.000 m² e que receberia, posteriormente, órgãos da Secretaria de Planejamento. Manifesta seu orgulho em trabalhar desde o início com o prefeito Marcos Tamoyo. Agradece, em nome da Secretaria, por todo apoio recebido do prefeito. O deputado Heitor Furtado afirma que seriam curtas as suas palavras, mas como representante da Assembleia e da comunidade local, não poderia deixar de traduzir a sua alegria naquele instante, pelo qual esperara dez anos, pelo menos. Salienta que se perguntassem o nome de um bem-feitor de Jacarepaguá, ele diria: professor Lúcio Costa. Porque fora através de seu planejamento urbanístico que se havia conseguido preservar o desenvolvimento imobiliário e social daquele canto do Rio de Janeiro. Explica que tinha sido graças ao projeto do arquiteto que se planejara a baixada de Jacarepaguá e o seu desenvolvimento, com a construção do Centro Administrativo do Estado da Guanabara. Acrescenta que, com a fusão, suas esperanças de que fosse para lá a sede do governo se frustraram. Diz que achou que não viria mais nada além do Autódromo e do Riocentro, que considerava de grande importância para a cidade. Mas, destaca que no governo de Tamoyo ainda ficaram na região, Graças a Deus, e que achava que viriam outras, que era tudo uma questão de tempo. Afirma que de Jacarepaguá se planejava o futuro do Rio, uma cidade que era modelo de trabalho e desenvolvimento. Comenta que queria destacar o semblante de felicidade que via em todos que estavam presentes à cerimônia. Considera que estavam felizes como o prefeito Marcos Tamoyo, que sorria durante os 4 anos de seu mandato, com seu jeito carioca de ser, sempre com uma piada agradável para dizer, com um sorriso de canto a canto. O prefeito Marcos Tamoyo diz que achava que nos últimos dias a média de inauguração tinha sido de umas oito e que, em nenhuma delas, ele havia chegado sequer dois minutos atrasado. Conta que só um dia ele havia chegado 45 minutos atrasado na Secretaria de Planejamento. Comenta com os companheiros, secretários e amigos que queria dizer algumas palavras para explicitar o motivo da transferência da Secretaria de Planejamento para a Barra. Explica que tinha sido porque se instituíra na Barra um grupo de trabalho organizado pelo próprio Lúcio Costa, no governo Negrão de Lima. E aí a baixada de Jacarepaguá passou a ser um modelo de desenvolvimento.

Temas: Inaugurações, Lúcio Costa, Planejamento, Jacarepaguá.

Nº: 421

Título: Reunião com a Comissão de Professores – Júlio Coutinho – lado 1.

Professor líder, professor Godofredo Pinto, Prefeito Júlio Coutinho.

Local: Rio de Janeiro, RJ.

Duração: 17 minutos.

Data: 03/06/1982

Sumário: Os professores do CEP discutem com o prefeito Júlio Coutinho algumas reivindicações do professorado. O professor líder diz: "Gostaria de falar, primeiramente, que nós, líderes, temos de agradecer aos SRs. Laércio da Fonseca e José Maria Duarte que levaram a mensagem classista, ampliando as vagas de 2.300 para 3.085, deixando-nos satisfeitos com a solução do problema. Quero deixar claro ao sr. prefeito que esta solução só vai resultar em uma melhor educação, que é o que nós desejamos." O professor Godofredo completa: "Agradeço, em nome de todos, ao tomar conhecimento desta decisão, que foi justa e importante para a educação, faz justiça aos professores e é uma vitória de todos. Os professores se uniram em torno de uma causa justa e a entidade que representamos, o CEP, encaminhou a reivindicação da classe. Obtivemos boa receptividade no governo, não só do poder Executivo - como o próprio prefeito demonstrou - , mas também de parlamentares, como o vereador Laércio da Fonseca e o nosso companheiro José Maria Duarte, enquanto políticos que honraram o mandato ao contribuírem para que a solução fosse do agrado geral(...) Louvo aqui a secretária de Educação e o secretário de Fazenda por darem a cobertura técnica indispensável para esta solução. (...) Deixo patente a enorme satisfação do CEP como representante do conjunto da categoria e, portanto, desses companheiros prejudicados, pelo final exitoso que esta campanha acabou tendo." "Vou fazer dois esclarecimentos:" "Primeiro - entre os 2.300 aprovados, alguns estavam sub-judiciale. Foram aproveitadas pessoas que fizeram mandado de segurança e esses mandados de segurança não tendo sido julgados, entre

os primeiros 2.300 classificados, alguns sub-judicie, não tomaram posse. Então, na medida em que a decisão abrange os excedentes, digamos assim, inclusive os sub-judicie, é da boa lógica entender que esses sub-judicie que estavam entre os primeiros 2.300 serão aproveitados." "Segundo - algumas pessoas estavam preocupadas porque foi anunciado um próximo concurso interno para 49 vagas pelos dias 24, 25 de julho. Está claro que todas estas pessoas aqui presentes nada têm a ver com esse concurso e não terão que prestar a prova." "Pediria licença ao sr. prefeito para fazer um esclarecimento. Estão me perguntando quanto à votação." O prefeito fala: "Aquele compromisso que assumimos na reunião com os senhores será mantido. Assim que chegue à Câmara, a mensagem será encaminhada à votação em 48 horas." O professor Godofredo adenda: "Gostaríamos de saber quando será enviada a mensagem à Câmara." O prefeito Júlio Coutinho responde: "Vou perguntar ao sr. Joaquim Torres, o vice-prefeito, que é quem resolve esses casos." O Sr. Joaquim Torres assinala: "Segunda-feira". O prefeito Júlio Coutinho diz: "Está encerrada a reunião. Permaneçam no Palácio da Cidade, que é a sua casa. Muito obrigado a todos."

Temas: Professorado, vagas, concurso.

Nº: 652

Título: Reunião da ANPUH – Associação Nacional dos Pesquisadores de História

Data: 28/11/1991

Nº: 653

Título: Reunião da ANPUH – Associação Nacional dos Pesquisadores de História.

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Duração: 30 minutos.

Data: 28/11/1991

Sumário: Reunião de professores de história e disciplinas afins. Palestrante não identificado fala sobre uma nova maneira da museologia ver o acervo de museus, através da semiótica. Diz que por muito tempo os museus eram considerados salas de curiosidades, com uma classificação sistemática e um conceito de contextualização que já era então contestado, porque o objeto no museu estaria fora do seu contexto original, assumindo uma posição simbólica. Comenta que o significado do objeto passava a depender também de como o visitante do museu o via. Diz que a mudança era positiva. Elogia as discussões teóricas que estavam sendo feitas a respeito dos museus, da Museologia e da Museografia. Conta que ficara feliz ao ouvir, na palestra anterior, que os historiadores estavam combatendo o corporativismo, porque entre os profissionais de museu não existia uma posição de que os museus só deveriam ser dirigidos por museólogos. Diz que tinha lutado pessoalmente contra isso, até porque havia poucos cursos de Museologia no país. Continua afirmando que estavam havendo mudanças graduais a respeito do campo do conhecimento abordado. Ressalta que vinha refletindo muito sobre o conceito de memória, sobre a semiótica e semiologia e que considerava fundamental pensar como funcionava a memória do indivíduo, o que seria memorável, como um objeto ou um fato se tornava memorável. Diz que estava satisfeito por trabalhar com coisas semelhantes aos historiadores, que também estudavam o conceito de memória, que era muito amplo, que passava por uma série de disciplinas. Destaca que seria muito importante fazer o inventário dos acervos e que havia falta de historiadores nos museus, diz que seria importante haver uma aproximação maior. Outro orador não identificado fala que no Brasil não se pensava na memória coletiva, apenas na memória individual. Cita o exemplo de um museu que estava sendo construído em Niterói, que era muito individual, não pensava no coletivo. Seguem-se informes sobre a organização da ANPUH. Paulo diz que os dirigentes não entendiam que a reflexão e o estudo eram fundamentais para quem trabalhava em bibliotecas, arquivos e museus. Mas comenta que isso estava sendo discutido e que achava que era preciso que se tornasse sistemático o encontro do grupo de trabalho sobre memória, para criar uma ponte entre as áreas municipais, estaduais e federais de cultura e a academia. Diz que esperava que a reflexão se tornasse uma rotina e que houvesse maior integração com instituições de outros estados do Brasil. Afirma que a memória era um espaço de luta, que a seleção do que deveria ser lembrado não era aleatória. Oradora não identificada defende um grupo de trabalho permanente que não organizasse apenas palestras, mas também reuniões entre os seus participantes. Orador não identificado diz que estava sendo criado um núcleo da ANPUH em Friburgo, com o objetivo de promover pesquisas e discussões acerca de diversos temas. Outro orador não identificado comenta que

a formação do grupo de trabalho da ANPUH poderia enfrentar problemas se fosse levado em conta que muitos dos que queriam participar não eram historiadores. Diz que nos museus tinha visto que interdisciplinaridade significava todo mundo fazer tudo e mal feito. Demonstra ceticismo quanto à interdisciplinaridade.

Temas: Museologia, memória, interdisciplinaridade, semiologia.